

Congresso vai adiar recesso para votar projetos essenciais

BRASÍLIA — As principais lideranças do Congresso admitem, informalmente, prorrogar em uma semana os trabalhos legislativos e entrar em recesso apenas dia 20 de dezembro, para votar seis projetos considerados prioritários, mais o orçamento da União, os vetos à lei salarial e a reforma tributária de emergência. O esforço concentrado do Congresso, que poderá incluir sessões aos sábados e domingos, começará quarta-feira, com a votação dos vetos — uma exigência dos partidos de oposição para desobstruir a pauta e aprovar as outras matérias.

— Só vamos suspender a obstrução depois da votação dos vetos — afirmou o Líder do PT, José Genoíno, que obteve o apoio do PMDB e do PSDB.

Para a sessão de quarta, quando as oposições tentarão derrubar vetos como o que mantém o valor do salário-mínimo até janeiro, o Presidente da Câmara, Ibsen Pinheiro, está convocando todos os deputados. Até mesmo o Governo, a quem não interessa a derrubada de veto algum, concordou em dar quorum para a sessão.

— Nós queremos votar tudo. As oposições é que estão obstruindo — disse o Líder do Governo na Câmara, Humberto Souto.

Além do Orçamento, que ocupará pelo menos dez dias do Congresso, os parlamentares de-



José Genoíno e Humberto Souto: líderes partidários já admitem adiar início do recesso para o dia 20 de dezembro

verão votar separadamente, na Câmara e no Senado, os seguintes projetos: Código de Propriedade Industrial, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, desregulamentação dos portos, Lei de Imprensa, participação dos trabalhadores nos lucros das empresas e a nova lei orgânica dos

partidos políticos. Atualmente sendo estudada por uma comissão especial, a reforma tributária de emergência também vai entrar na pauta.

Apesar da recusa do Congresso em votar o Emendão antes do recesso, o Governo terá várias

propostas de seu interesse aprovadas. Além da reforma tributária, o Executivo tem especial empenho na aprovação do Código de Propriedade Industrial e na privatização dos portos, que fazem parte do chamado Projeto — o Projeto de Reconstrução Nacional.